

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 22/Ago



cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3462 - Ano 2025

AS NOSSAS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS ESTÃO PRONTAS PARA LIDAR COM AS EMPRESAS MULTINACIONAIS DE SEGURANÇA PRIVADA?



Nesta Muita gente talvez não tenha se dado conta de uma alteração que o novo Estatuto da Segurança Privada – Lei 14.967/2024 proporcionou para o setor: a possibilidade de atuação de empresas estrangeiras nos serviços de segurança privada no Brasil.

O projeto de lei aprovado pelo Senado Federal até trazia uma vedação para empresa estrangeira no serviço de transporte de valores, jabuti para proteger as atuais estrangeiras presentes no Brasil (Brinks, Prosegur e G4S). Mas, o Presidente Lula vetou tal dispositivo, argumentando contrariedade a Constituição Federal e impedimento a livre concorrência. Veja abaixo trechos do veto presidencial e seus argumentos:

“§ 2º, § 3º, § 4º e § 5º do art. 20 do Projeto de Lei

“§ 2º É vedada a participação direta ou indireta de estrangeiro, pessoa natural ou jurídica, no capital social votante das empresas de serviço de segurança privada especializadas em transporte de numerário, bens ou valores de que trata esta Lei.”

“§ 4º Será nulo de pleno direito qualquer acordo entre sócios, acionistas ou cotistas, ou qualquer ato, contrato ou outra forma de avença que, direta ou indiretamente, confira ou objetive conferir a estrangeiro, pessoa natural ou jurídica, participação direta ou indireta no capital votante das empresas mencionadas no § 2º.”

Razões dos vetos

“Em que pese a boa intenção do legislador, a proposição contraria o interesse público, tendo em vista que os § 2º, § 3º e § 4º do art. 20 do Projeto de Lei estabelecem elevadas restrições à composição societária das empresas de serviço de segurança privada. Ao vedar, em qualquer medida, a participação de estrangeiros e de instituições financeiras em seu capital, contribuiria para a maior concentração injustificada de mercado, com real possibilidade de eliminar e impedir a entrada de concorrentes, o que prejudicaria e encareceria serviços, inclusive com risco à distribuição de numerário e à estabilidade de provisão do meio circulante no território nacional.

Além disso, os § 2º e § 4º do art. 20 do Projeto de Lei são inconstitucionais, por violarem os princípios da igualdade (art. 5º, caput, da Constituição), da livre iniciativa (art. 170, caput, da Constituição), da livre concorrência (art. 170, caput, inciso IV, Constituição) e do livre exercício de qualquer atividade econômica (art. 170, parágrafo único, da Constituição), pois, com a revogação do art. 171 da Constituição pela Emenda Constitucional nº 6, de 15 de agosto de 1995, não deveria existir qualquer tipo de discriminação entre empresa brasileira de capital nacional e empresa brasileira de capital estrangeiro, exceto nas hipóteses previstas na própria Constituição.”

A lei 7102 de 1983 trazia vedação expressa para a atuação de empresa estrangeira em qualquer área da segurança privada no país, excetuando apenas as empresas que já funcionavam no país antes de 1983. Mas, na década passada, um entendimento do Ministério da Justiça fragilizou este entendimento, exatamente com base nas alterações na Constituição Federal, permitindo que a gigante europeia G4S adquirisse empresas no Brasil e funcionasse legalmente.

Com a nova lei as barreiras caem completamente, até porque o projeto chegou ao seu final sem vedação para empresas de

segurança privada que atuem nos serviços patrimoniais e a vedação para o transporte de valor caiu com o veto presidencial.

Isto significa que outras multinacionais chegarão ao Brasil, a exemplo das já conhecidas Securitas, da ISS, entre outras.

No âmbito internacional somente agora a atividade de segurança privada começa a entrar no rol das atividades reconhecidas pela OIT – Organização Internacional do Trabalho. Isto significa que não há parâmetros, referências e uniformização para a atuação deste setor, tampouco bases globais para regular a atuação e proteção dos trabalhadores.

A UNI GLOBAL UNION, Sindicato global com sede na Suíça que agrega e cuida da organização sindical dos trabalhadores do setor de serviços, aí incluído os Vigilantes, já conta com Acordos Marco Global com algumas multinacionais do setor e esses acordos, que não substituem os Acordos ou Convenções Coletivas locais, são essenciais para assegurar condições mínimas e de igualdade nos diversos países em que estas organizações empresariais atuam.

Já as nossas organizações sindicais de Vigilantes e suas lideranças no Brasil tem acumulado lições acerca de como fazer a luta com patrões nacionais, seus contratantes ou usuários.

No âmbito internacional, com empresas e seus controladores sediados na Europa, Estados Unidos e outras partes do mundo, as lições de luta terão de ser aperfeiçoadas e atualizadas.

Daí a importância de refletirmos sobre o tema, nos preparamos para este cenário e não descuidar da necessidade de fortalecer os contatos e articulações com lideranças sindicais da categoria de outros países.

Mais do que nunca a SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL será determinante para as lutas e as conquistas dos Vigilantes brasileiros.

Todos Vigilantes e na luta!

Por José Boaventura – Presidente da CNTV

COMUNICADO – FECHAMENTO DE AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL



Data: 15 de agosto (sexta-feira)

Informamos que, nesta data, recebemos a confirmação do fechamento de 77 agências do Banco do Brasil, distribuídas em 15 Estados da federação.

Essa medida terá impactos diretos na categoria dos vigilantes, com a redução de postos de trabalho e demissões em massa, além de afetar também outros trabalhadores terceirizados, como os profissionais da limpeza, copeiros e serviços gerais.

Abaixo, segue a relação dos Estados afetados e a respectiva quantidade de agências que serão desativadas:

- **Alagoas – 01**
- **Bahia – 02**
- **Distrito Federal – 08**
- **Espírito Santo – 04**
- **Goiás – 04**
- **Maranhão – 01**
- **Minas Gerais – 04**
- **Mato Grosso do Sul – 01**

- **Paraná – 22**
- **Pernambuco – 04**
- **Rio de Janeiro – 03**
- **Rio Grande do Sul – 03**
- **Santa Catarina – 02**
- **Sergipe – 01**
- **São Paulo – 16**

Estamos de posse dos endereços e números de identificação de cada agência impactada. Caso necessitem dessas informações, solicitamos que entrem em contato com a Secretaria da CNTV (Jacqueline Barbosa), que fará o encaminhamento necessário.

Reforçamos que, neste mesmo contato, forneceremos também as informações essenciais para articulações com o Banco do Brasil, parlamentares e demais entidades parceiras, com o objetivo de buscar o cancelamento dos fechamentos ou, ao menos, minimizar os efeitos dessa medida prejudicial para os trabalhadores e para a sociedade.

FONTE: CNTV

CNTV participa de lançamento da Pesquisa Nacional de Preços da Cesta Básica



José Cícero Ferreira da Silva, diretor da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e vice-presidente do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas, participou, no último dia 20 de agosto, do lançamento da parceria institucional entre a CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) e o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), para a realização da Pesquisa Nacional de Preços da Cesta Básica de Alimentos.

O evento marca o início de um trabalho essencial para a coleta e análise dos preços dos alimentos que compõem a cesta básica. Esses dados são fundamentais para subsidiar negociações coletivas, oferecendo informações precisas e atualizadas que fortalecem as reivindicações das categorias trabalhadoras.

Segundo José Cícero, a pesquisa é um avanço importante na luta por melhores condições de vida e trabalho, ao reforçar o papel da informação e da estatística como base para a conquista de direitos.

“A pesquisa vai permitir que nossas negociações tenham ainda mais embasamento, garantindo que o trabalhador não fique à mercê de decisões arbitrárias. Na luta por direitos, somos todos trabalhadores e trabalhadoras”, afirmou o dirigente.

A CNTV reafirma seu compromisso com a defesa dos direitos da categoria vigilante e destaca a importância de parcerias como esta para fortalecer as ações do movimento sindical em todo o país.

FONTE: CNTV

PF fiscaliza segurança privada em evento cultural em Belém

Ação também serviu como teste para equipamento que será utilizado durante a COP 30



A Polícia Federal fiscalizou, nesta quinta-feira (21/8), a atuação de vigilantes contratados para a 28ª Feira Pan-Amazônica do Livro e das Multivozes, realizada no Hangar Centro de Convenções.

Durante a ação, foi testado um equipamento portátil de identificação biométrica facial e digital, que possibilitou a checagem em tempo real do cadastro dos profissionais de segurança privada. O dispositivo será empregado durante a COP 30 para reforçar a segurança do evento, garantindo maior agilidade e precisão na identificação de pessoas.

No mesmo dia, também foram repassadas orientações relacionadas à regularidade da segurança privada durante o Congresso de Medicina, realizado no mesmo espaço.

A fiscalização integrou atividade prática de treinamento voltada a policiais federais da capital e de unidades do interior do estado, com foco na atualização sobre os novos procedimentos previstos na Lei de Segurança Privada, em vigor desde setembro de 2024.

FONTE: Comunicação Social da Polícia Federal em Belém/PA

Crédito consignado para trabalhadores CLT já movimentou mais de R\$ 30 bilhões

Programa Crédito do Trabalhador já beneficiou milhões de profissionais e governo aposta em novas regras para reduzir os juros



O programa Crédito do Trabalhador, lançado em março pelo governo federal, já movimentou cerca de R\$ 30,2 bilhões em empréstimos voltados a trabalhadores com carteira assinada. Segundo a CNN Brasil, mais de 6,2 milhões de contratos já foram firmados desde o início da iniciativa.

Na última quinta-feira (21), o Comitê Gestor das Operações do Crédito do Trabalhador realizou sua primeira reunião e aprovou o regimento interno do programa. De acordo com o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, entre os principais pontos de discussão está a redução da taxa média de juros aplicada nas operações. “Acredito que, quando entrarem os 4 milhões de contratos de consignados antigos, os juros serão puxados para baixo”, afirmou o ministro.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, a migração de contratos antigos de crédito consignado — que somam mais de R\$ 40 bilhões — já está em andamento e deve ser concluída até novembro. Esses contratos passarão a

fazer parte do programa, ampliando a base de negociação e fortalecendo a possibilidade de redução gradual dos juros. Atualmente, a taxa média praticada é de 3,59% ao mês, e o valor médio contratado por trabalhador é de R\$ 7.179,18.

Outro fator que deve impactar na diminuição dos juros é a inclusão do FGTS como garantia. A partir de novembro, até 10% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço poderá ser utilizado como respaldo para as operações de crédito, aumentando a segurança para as instituições financeiras e, conseqüentemente, favorecendo condições mais acessíveis.

Dados oficiais mostram que o programa tem alcançado majoritariamente trabalhadores de menor renda. Atualmente, 60% dos empréstimos foram concedidos a pessoas que recebem até quatro salários mínimos, enquanto, no modelo antigo por convênio, a maior parte dos contratos (65%) era destinada a profissionais com renda superior a oito salários mínimos.

Podem participar do programa todos os trabalhadores com carteira assinada, incluindo domésticas e rurais, além de microempreendedores individuais (MEIs). Como se trata de crédito consignado, as parcelas são debitadas diretamente na folha de pagamento, com limite de até 35% do salário para evitar o comprometimento excessivo da renda.

Fonte: 247 - Paulo Emilio

10 motivos para você ir às ruas no 7 de setembro defender a soberania nacional

Ataques de Trump e dos Bolsonaro põem em risco o direito de o povo brasileiro determinar seu destino livre de pressão externa, por isso que no Dia da Independência é importante ir às ruas defender o nosso país

REPRODUÇÃO



Este 7 de setembro, dia da Independência, mais do que uma data simbólica, ele marca um movimento em que o povo brasileiro irá às ruas mais uma vez defender a sua autonomia e ditar os rumos do que quer para o futuro do país, livre de interferência estrangeira e da extrema direita que querem colocar o Brasil de joelhos para atender a vontade do presidente dos Estados Unidos Donald Trump e da família Bolsonaro. Ato estão sendo marcados em todo o país convocados pela CUT, centrais sindicais, Frente Brasil Popular, Frente Povo Sem Medo e Grito dos Excluídos. Em São Paulo o ato será a partir das 9h da manhã, na Praça da República, centro. A lista dos locais será atualizada em breve.

São inúmeras as razões para você ir às ruas no 7 de setembro, que este ano cai num domingo. Nós listamos apenas 10.

1 – Defender a soberania nacional

Um país soberano é aquele que possui independência política e autonomia para tomar decisões sobre seu território, população e política externa, sem interferência de nações estrangeiras.

É a soberania nacional que permite que o país tenha suas próprias leis, delibere sobre liberdade comercial, autonomia econômica, política, judiciária; soberania territorial e alimentar, entre outras. É a soberania nacional que permite que o Brasil seja hoje um país democrático, que busca respeitar os direitos humanos e que mantém a Amazônia longe das

mãos de interesses econômicos estrangeiros, permitindo a redução da devastação da Amazônia e da preservação do meio ambiente.

2 – Justiça tributária

Quem ganha mais, tem que pagar mais! Para que a isenção do imposto de renda valha para quem ganha até R\$ 5 mil ao mês e beneficie também quem ganha pouco mais de R\$ 7 mil é preciso que quem tem renda de R\$ 50 mil ao mês pague mais, e que bancos e Bets que tem ganhos bilionários e não pagam quase nada.

3- Fim da escala 6 x 1 e redução de jornada

- Mais tempo para a vida! Trabalhar para viver e não viver para trabalhar”

Pelo fim da escala 6X1, que escraviza o trabalhador, principalmente as trabalhadoras que têm dupla jornada em casa e fica impedida de sequer descansar um único dia. A escala 6 x 1 é uma escravidão moderna! Redução da Jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução salarial.

4- Sem anistia para golpistas

Punição aos golpistas que atentaram contra a democracia de nosso país! Sem anistia para quem cometeu crimes contra o Brasil e contra o povo brasileiro e defendem os interesses de uma única família (Bolsonaro) acima dos interesses do povo brasileiro, composto por milhares de famílias.

5 – Impedir o fascismo no Brasil

A extrema direita tenta impor ao povo brasileiro políticas que retiram direitos duramente conquistados. Para esses políticos e empresários quanto mais desemprego e pobreza melhor para eles, que enriquecem às custas do sofrimento dos trabalhadores.

6- Cassação de deputados e senadores antipatriotas

Este grupo parlamentar aposta no quanto pior melhor, e não valoriza os votos que recebeu ao descumprir a Constituição criada para defender o povo brasileiro.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

7 – Contra a chantagem de Trump ao Brasil e em defesa dos nossos empregos

Donald Trump impôs uma taxa de 50% aos produtos brasileiros exportados aos Estados Unidos, o chamado tarifaço, numa interferência nas leis brasileiras para tentar livrar o ex-presidente Jair Bolsonaro dá prião por tentativa de golpe de Estado. O tarifaço pode fazer centenas de milhares de trabalhadores perderem seus empregos

8 – Defender o PIX

O pix é do Brasil e dos brasileiros! O pix em breve poderá ser usado para compras parceladas, sem custo adicional, como atualmente acontece com os cartões de crédito – que cobram juros exorbitantes. O pix já é um modelo de transação financeira para o mundo que começa a ser aceito em diversos países e outros já estão estudando implementá-lo. Trump ataca o Pix porque as grandes empresas Visa e Mastercard deixam de ganhar bilhões em taxas quando seus cartões são utilizados.

9 – Regulamentação das plataformas de redes sociais

A falta de regulamentação das redes sociais expõe crianças e adolescentes à ataques de ódio, pedofilia e violência. O vale tudo das redes permite ainda que fake News sejam espalhadas prejudicando pessoas físicas, empresas e governos.

10 – Em defesa da dignidade do povo brasileiro

O povo brasileiro é altivo e nunca será subserviente; não temos complexo de viralata, não baixamos a cabeça, como quer fazer acreditar parte da elite do país Vamos às ruas demonstrar nosso orgulho de sermos brasileiros e os verdadeiros patriotas que defendem o nosso país, ao contrário dos que pregam o slogan Deus, Pátria e Família, mas não cumprem aquilo que dizem. Eles querem entregar o Brasil aos EUA, mas nós não baixaremos a cabeça! O Brasil não é terra de ninguém, o Brasil é do povo brasileiro, temos leis e as leis devem ser respeitadas.

FONTE: Redação CUT | Editado por: Rosely Rocha e Paula Brandão

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF